As Línguas Estrangeiras nos Cursos de Comunicação em São Paulo[1]

Fernanda Dos Santos Castelano Rodrigues[2]

Faculdade Cásper Líbero – São Paulo

Resumo

O presente trabalho avalia as atuais condições de produção do ensino de línguas estrangeiras nos cursos superiores da área de Comunicação na Região Metropolitana de São Paulo. Partindo da análise das *Diretrizes Curriculares à área de Comunicação Social e suas habilitações* do Ministério da Educação, trazemos à discussão certas incongruências que se manifestam nas estruturas curriculares dos referidos cursos e que, acreditamos, produzem efeitos que podemos e devemos tentar reparar.

Palavras-chave

Cursos de Comunicação; Ensino/aprendizagem; Língua estrangeira; Globalização

Introdução: dados do ensino superior no Brasil[3]

Em outubro de 2004, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou os números que resultaram do Censo da Educação Superior realizado em faculdades e universidades públicas e particulares de todo o país durante o ano letivo de 2003. Um breve resumo desse levantamento nos ajudará a evidenciar um panorama que, do nosso ponto de vista, revela a necessidade de políticas e planejamentos que se concentrem no ensino de línguas estrangeiras nos cursos da área Comunicação.

Segundo o referido Censo, foram contabilizados 3,9 milhões de estudantes – o que representa um aumento de 11,7% nas matrículas em relação ao ano de 2002 –, matriculados

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.

[2] Mestre em Língua Espanhola pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Docente pesquisadora da Faculdade Cásper Líbero, na qual ministra a disciplina Língua Estrangeira – Espanhol, para cursos de Comunicação, desde 2000. Atualmente, desenvolve pesquisa em nível de doutorado (FFLCH/USP) acerca das políticas lingüísticas de ensino de línguas estrangeiras no Brasil. E-mail: fecastel@uol.com.br

[3] Este texto apresenta, de modo resumido, o segundo capítulo da monografia entregue ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da Faculdade Cásper Líbero (SP) como resultado de um projeto de pesquisa que se desenvolveu de agosto de 2002 a janeiro de 2004 (cf. RODRIGUES, F.S.C. (2005)). Nele, previa-se tanto a investigação de aspectos históricos que levaram à configuração do atual panorama de línguas estrangeiras com as quais se opera no ensino superior no Brasil – o que exigia, como apontei naquele momento (e que se evidenciou no primeiro capítulo da referiada monografia) o tratamento de questões de caráter político –, quanto uma análise das atuais *condições de produção* do ensino/aprendizagem do espanhol nos cursos superiores da área de Comunicação na Região Metropolitana de São Paulo.

em 16.453 cursos de graduação – dos quais 10.791 (65,6%) estão no setor privado e 5.662 (34,4%) no público. Responderam ao levantamento realizado pelo Inep 1.859 instituições, 207 públicas (11,1%) e 1.652 privadas (88,9%), que possuíam ao menos um curso em funcionamento no segundo semestre de 2003. No Estado de São Paulo, encontram-se 485 instituições de ensino superior, das quais apenas 41 são públicas e as demais 434, privadas; deste total, 129 instituições estão localizadas na Capital e 346, no interior.

A Região Sudeste concentra 49% das matrículas do nível superior de todo o Brasil, e 42% da população total do país; a Região Sul possui 19% dos alunos matriculados e 15% da população; a Região Nordeste, em defasagem, tem 16% das matrículas e 28% da população; na Região Norte se encontram 6% das matrículas e 8% da população e; na Região Centro-Oeste, a relação é de 10% das matrículas em 7% da população.

Esses números permitem uma concepção bastante clara da dimensão do Ensino Superior no Brasil e, portanto, da importância e urgência do estabelecimento de políticas legisladoras que contemplem a questão do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras nesse nível. Justificaremos esta afirmação analisando as *Diretrizes Curriculares* do Ministério da Educação para os cursos superiores da área que neste trabalho focalizamos.

Diretrizes, Perfil do Egresso e Estruturas Curriculares: uma incoerência

As *Diretrizes Curriculares à área de Comunicação Social e suas habilitações* – elaboradas e aprovadas pela Comissão de Ensino Superior e homologadas pelo Conselho Nacional da Educação do Ministério da Educação –, cuja finalidade é estabelecer um padrão básico de referência para os cursos de gradução nessa área em todo o Brasil, têm como objetivos fundamentais, de acordo com seu próprio texto, por um lado, "flexibilizar a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes", e, por outro lado, "estabelecer orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida". No início desse documento, encontramos o *Perfil dos Formandos*, com características que devem ser comuns a todos os egressos das diferentes habilitações da área – a saber, Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração,

ou outras pertinentes – que esboçam uma formação geral para garantir a identidade do Curso como de Comunicação:

> O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:
>
> 1. *sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas*;
>
> 2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, *adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo*;
>
> 3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da *dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais* que as originam e que destas decorrem.
>
> 4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre *as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social*.
>
> *(Grifos meus)*

Como podemos notar, sobretudo através dos itens 1 e 2 transcritos acima, existe uma preocupação enfatizada nas Diretrizes com relação à inserção dos egressos dos cursos de Comunicação na "complexidade e velocidade do mundo contemporâneo" e nas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais que o caracterizam. No entanto, nem nas *Habilidades e Competências* especificadas para cada habilitação nem nos *Conteúdos Curriculares Gerais* ou *Específicos* dos cursos há qualquer referência ao domínio uma ou mais línguas estrangeiras, muito menos indicação de seu estudo nesses cursos superiores. Uma incongruência espreita tal constatação: os conteúdos curriculares propostos nas diretrizes do Ministério da Educação para as habilitações da área de Comunicação Social parecem não estar de acordo com o Perfil do egresso aí traçado, posto que, supõe-se, esse ideal de profissional da Comunicação não poderia prescindir do conhecimento de línguas estrangeiras para atender às exigências do "mundo contemporâneo", isto é, da atuação crítica no emprego das modalidades comunicacionais relacionadas aos processos sociais.

Mundo contemporâneo e línguas: regionalização e globalização

Não podemos desconsiderar que, ao falar de "processos sociais" do "mundo contemporâneo", é necessário admitir que o fenômeno da globalização produziu (e continua produzindo) um reordenamento geográfico e político que implica na formação de mercados comuns – tais como a União Européia, a ALCA e o Mercosul – no interior dos quais se extinguem as fronteiras nacionais e torna-se imperativo o diálogo entre os Estados que os formam; conseqüentemente, promove-se o contato e estimula-se o conhecimento das línguas oficiais de tais Estados.

Acerca das estratégias de integração regional, Octavio Ianni afirma que estas são articuladas conjuntamente por governos (setor púlbico) e empresas (setor privado) e que constituem "os novos subsistemas do capitalismo mundial" (2002:93). Para o autor, essa "regionalização" é uma exigência do próprio processo de globalização – ainda que ao mesmo tempo também signifique "um movimento de integração de estados-nações" – que, por meio dessa nova estrutura política e econômica ampliada, pode contribuir tanto para preservar os interesses nacionais (op.cit.:16) quanto para a viabilizar a expansão dos processos globais:

> Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. O globalismo tanto incomoda o nacionalismo como estimula o regionalismo. (...) O regionalismo envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo (op.cit: 101).

Como exemplo breve do que estamos dizendo, citamos a União Européia (UE), atualmente formada por 25 países e 20 línguas oficias, que tem investido em programas de incentivo ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras em seus países-membros com o objetivo de que cada cidadão europeu chegue à idade adulta dominando, pelo menos, duas línguas estrangeiras (FARIA, 2001 e RODRIGUES & SILVA, 2004). Um dos mais ambiciosos programas promovidos pela UE diz respeito ao que congrega países de línguas neo-latinas – Portugal, Espanha, Itália, França e Romênia –, cujo objetivo é desenvolver a *intercompreensão* entre seus diferentes falantes, já que consideram a proximidade entre suas línguas nacionais, como um fator que pode contribuir positivamente no processo de

aprendizagem de outras línguas da mesma origem (cf. ANDRADE & ARAÚJO e SÁ, 1999, 2001 e 2004; FARIA, 2001).

Tendo como suporte conjunturas formativas díspares, é evidente que as realidades político-econômicas brasileira e européia não permitiriam um simples cotejamento entre as medidas adotadas. Entretanto, as pesquisas e os investimentos europeus, por operarem em uma pluralidade considerável de línguas de comunicação, têm demonstrado um ponto de partida (e mesmo um respaldo) para a análise do caso experimentado pela realidade brasileira e latino-americana.

Nesse sentido é que vale ressaltar que as Diretrizes do Ministério de Educação para os cursos de Secretariado, Turismo e Hotelaria exigem, em seus respectivos Conteúdos Curriculares, o "domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira", sendo que para o último, Hotelaria, indica-se o conhecimento de inglês e espanhol. Já em outras Diretrizes de cursos de diferentes áreas do conhecimento, como, por exemplo, Filosofia, Geografia, Nutrição, Enfermagem, Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, explicita-se também a necessidade do conhecimento de uma língua estrangeira nas Habilidades e Competências de seus egressos, o que mostra que uma preocupação mais acentuada e condizente com a formação de profissionais capacitados para atuar nos espaços pluri/multilingües em que vivemos no século XXI.

Esta ausência nas Diretrizes Curriculares dos cursos da área de Comunicação Social constituem a desatualização, por parte do Conselho Nacional de Educação, com relação à questão da necessidade de aprendizado de línguas estrangeiras no nível superior, o que produz conseqüências preocupantes à formação dos profissionais desta área de conhecimento, deixando não somente de abrir-lhes possibilidades no exterior, mas também restringindo sua capacidade de inserção em qualquer mercado de trabalho globalizado, como são os de todos os países do mundo hoje em dia.

Marco teórico: Análise do Discurso (AD) e condições de produção

Em meados dos anos 60, Michel Pêcheux deu início a toda uma linha teórica de estudos lingüísticos que ficou conhecida como Análise do Discurso, para a qual o discurso é "um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto" (Orlandi,

1999:16). Tal perspectiva considera, portanto, que a língua funciona porque a história nela intervém. Conseqüentemente, segundo tal teoria, são profundamente analisadas as *condições de produção do discurso*[4], que – na aguda síntese de Eni Orlandi – compreenderiam, fundamentalmente, *os sujeitos* e *a situação em que se produziu o enunciado*, além da *memória*, que equivaleria ao interdiscurso, "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra" (id.:31). Desse modo, a Análise do Discurso permite que as condições de produção possam ser consideradas de duas maneiras: por um lado, avaliando o *contexto imediato da produção do discurso*, aquele que envolve as circunstâncias da enunciação, compreendendo o lugar, os sujeitos e a forma do discurso – por exemplo, no caso do ambiente pedagógico no qual se insere a análise do presente texto, o do ensino superior, temos esse contexto imediato configurado pela faculdade, pelos professores, pelos alunos e pelas diferentes formas que um discurso pode adquirir (escrita, num texto acadêmico-científico; oral, numa aula expositiva ou numa palestra); por outro lado, ao analisar as condições de produção do discurso, a Análise do Discurso enfatiza que também devemos considerar o *contexto sócio-histórico e ideológico*, que "traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma da nossa sociedade, como suas Instituições" (id.:30). Esse contexto será representado, no caso em questão, pela própria instituição de ensino superior e como nela se organizam as relações de poder entre os sujeitos, o papel que representam, entre outros fatores.

A complexidade das condições de produção em que se dá atualmente o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, particularmente do espanhol, nos cursos superiores da área de Comunicação, opera, nos termos que acabamos de explicitar, tentando dar conta desse contexto sócio-histórico e ideológico ao qual faz referência a Análise do Discurso, possibilitando a elaboração de um histórico das políticas educacionais[5] que intervieram na escola brasileira desde o período da Côlonia até o século XXI, mostrando como podem ser sentidos, na sala de aula de espanhol – ou seja, num micro-universo –, efeitos políticos de maior amplitude, como os decorrentes da já mencionada globalização.

---

[4] Para uma visão mais profunda sobre *condições de produção* e *processo de produção*, *cf.* PÊCHEUX (1997). IN: Gadet, F. & Hak, T. (1997:74-94).

[5] Análise que resultou no Capítulo 1 da já referida monografia apresentada ao Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da Faculdade Cásper Líbero (SP) (ver nota 1).

Como decorrência dessa etapa e em posse de um levantamento das faculdades e universidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que mais se destacam entre as que oferecem cursos da área de Comunicação[6], o tratamento das condições de produção do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras nos cursos superiores da área de Comunicação exigiu um certo recorte, que apresentaremos a seguir.

Atualidade do ensino de línguas estrangeiras na área de Comunicação em São Paulo

Tomamos aqui por base as 185 melhores escolas do país do *Guia do Estudante 2004* [7], ou seja, aquelas que oferecem cursos considerados excelentes (cinco estrelas), muito bons (quatro estrelas) e bons (três estrelas), e selecionamos as que se localizam na Região Metropolitana de São Paulo. Os critérios do *Guia do Estudante 2004*[8] revelaram um aspecto interessante: as escolas com maior percentual de "cursos estrelados" são sempre universidades federais ou estaduais, com exceção da PUC/RJ; estas são também as instituições que possuem maior número absoluto desses cursos estrelados. Vale destacar que a Faculdade Cásper Líbero é a única escola, das que aparecem com cursos estrelados na área de Comunicação, que consta da lista das "escolas isoladas de destaque" do *Guia*. Os estabelecimentos de ensino superior analisados foram selecionados para esta análise, portanto, por estarem, por um lado, entre os mais conceituados pelo *Guia do Estudante 2004* e, por outro, localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). São seis as instituições que se encontram nesta situação: Faculdade Cásper Líbero, FAAP, PUC/SP, UMESP, UniFIAM/FAAM e USP. Ou seja, cinco particulares e uma pública.

---

[6] Entre as 129 instituições superiores da capital do Estado de São Paulo contabilizadas pelo mencionado Censo da Educação Superior de 2003 do Ministério da Educação foram selecionados, num primeiro momento desta pesquisa, os vinte e sete estabelecimentos (vinte e seis privados e apenas um público) que oferecem cursos na área de Comunicação e que possuem certo reconhecimento numa espécie de *senso-comum*. Naquele momento, a pesquisa não se fundamentava em qualquer tipo de avaliação (mais ou menos formal), mas apenas elecaram-se as instituições mais populares na cidade, sem a preocupação de saber se, num âmbito oficial, tais escolas possuem reconhecimento equivalente pela qualidade de seus cursos.

[7] Tratar com a totalidade das instituições elencadas, dadas as condições de elaboração da investigação da qual este texto resulta, ou seja, ao tempo de que se dispunha e à dificuldade de estabelecer contato com todas as 25 instituições mencionadas, tornou-se inviável.

[8] Para a atribuição de estrelas aos 5.046 cursos oferecidos por 687 instituições avaliadas, foram os seguintes: 1) questionário respondido pela coordenação dos cursos sobre a infra-estrutura (bibliotecas e laboratórios), a qualificação dos professores e a produção científica; 2) opinião de 1,7 mil professores, cientistas, especialistas em educação e profissionais de diversas áreas, ouvida pela reportagem do Guia; 3) consideração das notas do *Provão* nas 24 áreas que já foram analisadas pelo MEC.

O complexo composto pelo ensino e pela aprendizagem de línguas estrangeiras nestas instituições passa pela análise dos currículos das diferentes habilitações do curso de Comunicação em cada uma, com o intuito de verificar não somente a existência da disciplina língua estrangeira, mas também sua carga horária. O resultados obtidos por meio de consulta – aos sites na internet e a colegas que atuam nessas escolas –, desvela um quadro impressionante:

1. FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo

Períodos diurno e noturno

Curso de 8 semestres

Língua(s) Estrangeira(s): INGLÊS: 2 semestres (2º ano) – Carga Horária Total: 128 horas

Publicidade e Propaganda

Períodos diurno e noturno

Curso de 8 semestres

Língua(s) Estrangeira(s): INGLÊS: 2 semestres (3º ano) – Carga Horária Total: 64 horas

ESPANHOL: 2 semestres (4º ano) – Carga Horária Total: 64 horas

Relações Públicas / Radialismo

Períodos diurno e noturno

Curso de 8 semestres

Língua(s) Estrangeira(s): INGLÊS: 2 semestres (2º ano) – Carga Horária Total: 64 horas

ESPANHOL: 2 semestres (2º ano) – Carga Horária Total: 64 horas

2. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC/SP)

As grades curriculares não constam do site da faculdade. Conseguimos, porém, outras informações extra-oficiais que comprovam que em alguns cursos da área de Comunicação existe a obrigatoriedade de cursar língua(s) estrangeira(s). Não pudemos, até o momento, averiguar quais línguas são oferecidas e qual é a carga horária dos cursos.

3. FUNDAÇÃO ARMANDO ÁLVARES PENTEADO (FAAP)

Publicidade e Propaganda / Rádio e TV

Períodos Diurno e Noturno

Curso de 8 semestres – Carga Horária Total: 3024 horas

Língua(s) Estrangeira(s): não consta do currículo

Relações Públicas

Períodos Diurno e Noturno

Curso de 8 semestres – Carga Horária Total: 3024 horas

Língua(s) Estrangeira(s): não consta do currículo

4. Universidade Metodista (UMESP)

As grades curriculares dos cursos de Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Rádio e Tv, mas obtivemos a informação:

Língua(s) Estrangeira(s): não consta do currículo

5. UniFIAM/FAAM

Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Rádio, Tv e Vídeo; Relações Públicas

Cursos de 8 semestres.

Língua(s) Estrangeira(s): não consta do currículo

6. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Jornalismo; Relações Públicas e Publicidade e Propaganda

Cursos de 8 semestres.

Língua(s) Estrangeira(s): não consta do currículo

Ao consultar os currículos dos cursos da área de Comunicação oferecidos pelas instituições acima, observa-se que, em vários deles, as disciplinas de língua estrangeira estão ausentes. Na realidade, dos seis estabelecimentos analisados, apenas dois se referem ao conhecimento de línguas estrangeiras: a Faculdade Cásper Líbero e a PUC. Duas possibilidades se esboçam para a compreensão de tal quadro: ou é dispensável, para as demais instituições, que seus alunos conheçam outro idioma além do materno, ou esses estabelecimentos contam com que seus alunos já aprenderam a língua inglesa nos anos de estudo no ensino Fundamental e Médio.

Tendo em vista essas possibilidades de interpretação, conseqüências de maior dimensão podem ser consideradas *a priori*. Assim, não oferecer a oportunidade de conhecimento de, pelo menos, uma língua estrangeira, considerando o mundo contemporâneo globalizado em que vivemos e em que vão atuar profissionalmente os egressos dessas instituições, é uma forma de exclusão social de boa parte de seus alunos. Lembremo-nos ainda que, por exemplo, para o acesso aos cursos de Mestrado *strictu-senso* deve-se comprovar, através de exame de proficiência em leitura, o conhecimento de um idioma estrangeiro. Para o Doutorado, dois. Na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA), a proficiência em língua estrangeira é a primeira etapa do processo de seleção dos candidatos aos programas de Pós-graduação e são três as opções de línguas para a comprovação de proficiência: inglês, espanhol e francês. Ou seja, o problema avança em direção a outros níveis da formação acadêmica.

Considerações finais

Se bem é certo que o ensino de idiomas no ensino fundamental, médio e superior encontra perspectivas problemáticas, também é correto afirmar, em contrapartida, que existem soluções. Pesquisas como a que deu origem a este texto, nas quais a preocupação

em analisar profundamente a questão sem se deixar levar por facilidades ou tendências puramente comerciais, e que, ao contrário, procuram alçar uma reflexão consistente acerca tanto dos processos de aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras quanto das condições de produção em que ocorrem esses processos, estão sendo realizadas em muitos estabelecimentos de ensino de todo o país. No entanto, a análise da questão exclusivamente no nível superior ainda é pouco discutida. Dessas preocupações brotam também a de, como foi objetivo principal neste trabalho, despertar a atenção da comunidade acadêmica e das autoridades universitárias acerca da problemática que envolve o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras no nível superior no Brasil e, mais especificamente, nos cursos da área de Comunicação.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, A.I. & ARAÚJO E SÁ, M.H. (1999). A intercompreensão em línguas românicas: propostas didáticas no quadro do programa Galatea. In: IKOR, A.,

CONCEIÇÃO, M.C. & SOUSA, M.L.C. *Purilinguismo e Ensino*. Faro: Universidade do Algarve, p.147-159.

_____. (2001). Para um diálogo entre as línguas: da sala de aula à reflexão sobre a escola. In: *Inovação*. Vol. 14, nº 1-2. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p.149-168.

_____. (2004). "Apprendre à lire en français": estratégias incentivadoras da construção de sentido numa língua estrangeira próxima. In: *Suplemento – En direct de L'APPF*. Fevereiro, 2004. Lisboa: Associação Portuguesa de Professores de Francês, p.33-41.

FARIA, I. H. (2001). Mais línguas, mais Europa. In: Mateus, M.H.M. (org.) *Mais línguas, mais Eupora: celebrar a diversidade lingüística e cultural da Europa.* Lisboa: Edições Colibri, p. 13-16.

IANNI, O. (2002). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª ed.

ORLANDI, E. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1997). Por uma análise automática do discurso. (1969) (Trad. por Eni P. Orlandi). In: GADET, F. e HAK, T. (1997). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas: Ed. da Unicamp, p. 61-161.

RODRIGUES, F.S.C. & SILVA, M.M. (2004). Por qué y cómo se organiza un curso de lectura en español: nuestra experiencia en el Centro de Lenguas de la Universidad de São

Paulo. In: *Actas del XII Seminario de Dificultades Específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes.* (No prelo).

RODRIGUES, F.S.C. (2005). *As línguas estrangeiras no ensino superior: história, atualidade e perspectivas*. Relatório final de pesquisa do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP), Faculdade Cásper Líbero.

http://www.inep.gov.br, 13/10/2004

http://www.mec.gov.br, 07/01/2005